

A. I. Nº. - 279836.0101/08-5
AUTUADO - PEDREIRAS PARAFUSO LTDA.
AUTUANTE - JOÃO ROBERTO DE SOUSA
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 03. 12. 2008

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0401-01/08

EMENTA. ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) DESTAQUE DE IMPOSTO A MAIOR. **b)** MATERIAL DE CONSUMO. **c)** MERCADORIA NÃO ENTRADA NO ESTABELECIMENTO. **Infrações não contestadas. 2. PASSIVO FICTÍCIO. CONTA FORNECEDORES. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Fato não contestado pelo sujeito passivo. Infração caracterizada. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE ENTRADAS. a)** MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. **b)** MERCADORIAS NÃO SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO. Descumprimento de obrigações acessórias. Multas de 10% e 1% sobre o valor comercial das mercadorias não escrituradas. A comprovação da escrituração de parte das notas fiscais objeto das imputações reduz o montante do débito. Infrações mantidas parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/2008, foi lançado o crédito tributário correspondente à exigência de ICMS no valor de R\$ 109.408,28 e às multas por descumprimento de obrigações acessórias no valor total de R\$ 9.208,97, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento das seguintes infrações:

01 – utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em decorrência de destaque de imposto em valor superior nos documentos fiscais, nos meses de janeiro e dezembro de 2003, dezembro de 2004, fevereiro a abril, junho, julho e dezembro de 2005, sendo exigido o imposto no valor de R\$ 1.119,93, acrescido da multa de 60%;

02 – utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS, referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, nos meses de abril e junho a agosto de 2005, sendo exigido imposto no valor de R\$ 422,64, acrescido da multa de 60%. Consta que o contribuinte não apresentou as notas fiscais correspondentes aos lançamentos, embora estivessem contabilizadas como material de uso e consumo;

03 – utilizou indevidamente crédito fiscal do ICMS por não haver entrado a mercadoria no estabelecimento ou o serviço não ter sido prestado, nos meses de maio e julho a outubro de 2004, sendo exigido o imposto no valor de R\$ 8.946,56, acrescido da multa de 150%. Consta que embora

intimado, o contribuinte não apresentou as notas fiscais lançadas no livro Registro de Entradas com crédito de ICMS;

04 – deixou de recolher o ICMS, em decorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através da manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, nos exercícios de 2003, de 2004 e de 2005, exigindo imposto no valor de R\$ 98.919,15, acrescido da multa de 70%. Consta que o contribuinte apresentou saldo na conta Fornecedores superior aos títulos pagos nos exercícios seguintes, em conformidade com relação entregue pelo autuado e com o livro Diário e o balanço patrimonial. É acrescentado que o saldo autuado do passivo foi abatido do saldo dos exercícios posteriores;

05 – deu entrada no estabelecimento de mercadorias sujeitas a tributação, sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de janeiro a março, maio a agosto e novembro de 2003, janeiro e abril a outubro de 2004, janeiro, abril, maio, setembro e novembro de 2005, sendo aplicada a multa de 10%, no valor de R\$ 8.841,90;

06 – deu entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis, sem o devido registro na escrita fiscal, nos meses de março, maio a agosto e outubro de 2003, janeiro, março e julho de 2004, maio a julho, setembro e novembro de 2005, sendo aplicada a multa de 1%, no valor de R\$ 367,07.

O autuado ingressou com impugnação às fls. 143/144, salientando, no que concerne à infração 05, que diversas notas fiscais objeto da exigência fiscal tinham sido corretamente lançadas, de acordo com relação que apresentou, indicando as respectivas páginas do livro Registro de Entradas:

- 1) exercício de 2003 – Notas Fiscais de nº.s 00.780 (de fevereiro), 13.172 e 00.843 (março) e 01.043 (novembro), que totalizam a multa de R\$ 1.498,33;
- 2) exercício de 2004 – Notas Fiscais de nº.s 03.101 (de janeiro), 72.424 (junho), 00.552 (julho) e 01.043 (novembro), que totalizam a multa de R\$ 507,99;
- 3) exercício de 2005 – Notas Fiscais de nº.s 120.737 (de janeiro), 001.545 (abril), 006.451 (maio) e 008.647 (setembro), que totalizam a multa de R\$ 784,75.

Versando sobre a infração 06, alega que a Nota Fiscal de nº. 00.821, do mês de junho de 2005, tinha sido consignada no livro Registro de Entradas, implicando na dedução da multa correspondente ao valor de R\$ 15,48.

Para fins de comprovar o quanto argüido, anexa às fls. 145 a 157 as cópias reprográficas das páginas dos mencionados livros, nas quais se demonstra os citados registros. Afiança que os livros em referência se encontram à disposição para que seja reconhecida a autenticidade das cópias apresentadas.

Solicita que sejam procedidas as devidas correções, excluindo do Auto de Infração os valores indevidos, conforme demonstrado.

O autuante prestou informação fiscal à fl. 159, observando ter o impugnante solicitado a exclusão dos valores das multas referentes às notas fiscais que especificou, apresentando as cópias do livro Registro de Entradas onde os aludidos documentos se acham lançados. Acrescenta ter sido juntado o comprovante do pagamento da parte reconhecida.

Realça que tendo o autuado recolhido parte do débito e comprovado o lançamento de algumas notas fiscais, reconhece a procedência das alegações defensivas, sugerindo que o Auto de Infração seja julgado parcialmente procedente.

Consta à fl. 141 o comprovante de recolhimento do valor reconhecido, no montante de R\$ 115.715,24 (principal), enquanto que às fls. 161 a 163 se encontra acostado o extrato do SIGAT/SEFAZ relativo ao detalhamento do referido pagamento.

VOTO

Observo que o Auto de Infração preenche todas as formalidades legais previstas no art. 39 do RPAF/99, não ensejando em qualquer violação ao devido processo legal e à ampla defesa do contribuinte, que foi exercida plenamente, haja vista que o sujeito passivo demonstrou perfeito conhecimento das infrações, as quais foram fundamentadas em demonstrativos analíticos e documentos fiscais.

Constato que através da presente autuação foi atribuído ao sujeito passivo o cometimento de seis infrações. Verifico que no caso das infrações 01, 02, 03 e 04, o impugnante as reconheceu expressamente, tendo, inclusive, efetuado o recolhimento dos débitos correspondentes. Ressalto que a exigência fiscal constante dos referidos itens do lançamento está devidamente fundamentada em expressa disposição legal, estando embasada no RICMS/97 e na Lei nº. 7.014/96, constando dos autos a comprovação de que o contribuinte incorreu na prática das irregularidades que lhe foram atribuídas. Portanto, as mencionadas infrações ficam mantidas integralmente.

A infrações 05 e 06 se referem à entrada no estabelecimento de mercadorias sem o devido registro na escrita fiscal, correspondendo respectivamente a mercadorias sujeitas a tributação e a mercadorias não tributadas. Nas duas situações o contribuinte trouxe aos autos a comprovação de que uma parte das notas fiscais objeto do levantamento tinha sido efetivamente lançada em seus livros Registro de Entradas, tendo efetuado o pagamento das diferenças que reconheceu como devidas, fato este acatado pelo autuante.

Observo que em relação à infração 05 foram excluídas, de forma acertada, as Notas Fiscais de nºs 00.780, 13.172, 00.843 e 01.043 (de 2003), 03.101, 72.424, 00.552 e 01.043 (de 2004) e 120.737, 001.545, 006.451 e 008.647 (de 2005), que representam a multa exigida de R\$ 2.791,07. Deduzindo-se esse valor do total original indicado no Auto de Infração de R\$ 8.841,90, resta uma diferença devida de R\$ 6.050,836, conforme tabela que apresento abaixo, na qual indico os valores finais concernentes a cada período de ocorrência:

OCORRÊNCIA	VALOR JULGADO (R\$)
01/2003	461,88
05/2003	33,20
03/2003	76,80
07/2003	82,40
08/2003	35,11
11/2003	79,21
01/2004	516,27
04/2004	356,79
05/2004	12,53
07/2004	153,08
08/2004	1.976,19
09/2004	305,42
04/2005	1904,54
11/2005	57,41
TOTAL	6.050,83

Deste modo, mantenho a infração 05 de forma parcial, no montante de R\$ 6.050,83.

No tocante à infração 06, restou comprovada a regularidade da Nota Fiscal nº 821, de junho de 2005, de forma que esse mês deve ser excluído da exigência concernente a esta imputação, que

fica mantida parcialmente no valor de R\$ 351,59, mantendo-se inalterados os valores atinentes aos demais períodos de ocorrência.

Diante do exposto, voto pela procedência parcial do Auto de Infração, sendo as infrações 01 a 04 mantidas integralmente e as infrações 05 e 06 de forma parcial, cabendo a homologação dos valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **279836.0101/08-5**, lavrado contra **PEDREIRAS PARAFUSO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$109.408,28**, acrescido das multas de 60% sobre R\$ 1.542,57, de 150% sobre 8.946,56 e de 70% sobre R\$ 98.919,15, previstas nos incisos VII, alínea “a”, V, alínea “b” e III do art. 42 da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais, além das multas decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, no valor de **R\$6.402,42**, previstas nos incisos IX e XI do mesmo artigo e Lei acima citados, com os acréscimos moratórios estabelecidos na forma da Lei nº 9.837/05, devendo ser homologados os valores efetivamente recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de novembro de 2008.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR